

Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

O Globo

Esquema investigado na Zelotes teve pagamento a parlamentares

O Globo - 31/03/2016

MPF diz à Justiça que e-mail de lobista indicou envolvimento de políticos

Vinicius Sassine

-BRASÍLIA- O esquema criminoso que influenciou a tramitação de medidas provisórias a favor de indústrias do setor automobilístico, denunciado na Operação Zelotes, incluiu pagamentos a parlamentares em legislatura passada, afirma o Ministério Público Federal. A informação consta das alegações finais do MPF, entregues na segunda-feira à Justiça Federal, em Brasília.

Os procuradores Frederico Paiva e Hebert Mesquita afirmam que um e-mail de José Ricardo da Silva, lobista e ex-conselheiro do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), é "prova que dissipa qualquer dúvida em relação à ilicitude da atuação dos membros da organização criminosa". A mensagem trata de suposto pagamento a parlamentares. No e-mail, de 29 de dezembro de 2009, o ex-conselheiro do Carf afirma não ter conseguido falar com parlamentares e que fará "toda a prestação de contas com os devidos acertos".

Os procuradores não se aprofundaram ao falar do envolvimento de parlamentares: "A organização criminosa estabeleceu débitos com parlamentares federais, conforme está na mensagem eletrônica. Embora os parlamentares não tenham sido identificados, fato é que ficaram credores de José Ricardo e seu grupo, por motivos nada republicanos". A argumentação dos procuradores diz respeito ao processo da Zelotes que já resultou em denúncia à Justiça. Em novembro passado, o MPF denunciou 16 pessoas por envolvimento em negociação para aprovação de três medidas provisórias, em 2009, 2010 e 2013.

Outros inquéritos estão em curso, inclusive com investigação sobre o ex-presidente Lula. Nas alegações finais, os procuradores relatam a proximidade de um dos denunciados, o lobista Mauro Marcondes, com Lula. Eles falam em "acesso privilegiado de Mauro Marcondes à Presidência da República". O lobista é amigo de Lula, segundo o MPF. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dyogo Henrique de Oliveira, é mencionado nas alegações finais.

Dyogo confirmou encontros com Marcondes, mas negou ter tratado de algo ilícito com o lobista. Para o MPF, chamou a atenção no depoimento de Dyogo o fato de ele não saber quantas vezes se encontrou com Marcondes, "nem explicar por que não existe registro ou ata destas reuniões". Já a ex-ministra da Casa Civil Erenice Guerra ajudou José Ricardo da Silva a ser conselheiro do Carf quando era secretária executiva da pasta, diz o MPF.

Folha de S.Paulo

Procuradoria denuncia dono do Safra

Folha de S. Paulo - 31/03/2016

GABRIEL MASCARENHAS
AGUIRRE TALENTO
DE BRASÍLIA

A Procuradoria da República no Distrito Federal denunciou à Justiça o acionista majoritário do Grupo Safra, Joseph Safra, e o ex-diretor da instituição João Inácio Puga, acusados de negociar R\$ 15,3 milhões de propina para dois servidores da Receita atuarem a favor da empresa no **Carf** (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais).

A peça do Ministério Público Federal, elaborada a partir da Operação Zelotes, mira em três processos da JS Administração de Recursos, um dos braços do grupo, em tramitação no colegiado. Juntas, essas ações envolviam cobranças de multas da Receita que somavam R\$ 1,8 bilhão, em valores atuais.

Os acusados negam que tenham oferecido vantagem aos servidores.

A Procuradoria pede também a condenação dos funcionários da Receita Eduardo Leite e Lutero Fernandes (que era lotado no **Carf**) e de dois intermediários. São eles o ex-conselheiro do **Carf** Jorge Victor Rodrigues e Jefferson Salazar, auditor aposentado.

De acordo com a ação, Puga discutia montantes e formas de pagamento, mas só os liberava mediante o aval de Joseph Safra, segundo na lista da "Forbes" dos homens mais ricos do país em 2015.

"Um mero diretor não poderia, como realmente não o fez, tomar decisões que envolviam dívidas correspondentes a 42,6% do capital social (da empresa)[...]. As decisões eram com o acionista majoritário, Joseph Safra", sustenta no documento o procurador Frederico Paiva, responsável pelo caso.

A investigação contém fotografias de encontros de Puga com os demais denunciados, além interceptações telefônicas, ocorridas entre julho e novembro de 2014.

Três diálogos sugeririam que o executivo se reportou a Safra antes dar a palavra final aos outros suspeitos, aponta a Procuradoria.

O MPF afirma que Puga, durante a negociação da propina, exigiu que nada fosse registrado por escrito.

Além disso, ele também teria estipulado uma espécie de "multa", caso os servidores cooptados não obtivessem êxito nos processos do banco. O montante seria reduzido em R\$ 1 milhão por mês, se o serviço não fosse prestado até dezembro de 2014.

Na tentativa de dar agilidade às demandas do Safra, segundo a denúncia, o então chefe do Serviço de Assessoria Técnica e Jurídica do **Carf**, Lutero do Nascimento, chegou a redigir um documento que os advogados deveriam apresentar ao Conselho. Tratava-se de um pedido de admissibilidade de recurso impetrado pela banco e que acabou aceito pelo **Carf**.

A Zelotes mira em um esquema de pagamento de propina a integrantes do Conselho, vinculado ao Ministério da Fazenda, encarregado de julgar recursos a multas aplicadas pela Receita.

OUTRO LADO

Procurado, o advogado do Safra, Luís Francisco Carvalho Filho, afirmou que "nenhum representante da JS Administradora ofereceu vantagem para qualquer funcionário público". "Não houve qualquer pedido de preferência. Não há justa causa para a denúncia", disse.

A defesa do auditor Eduardo Leite informou que não teve acesso à denúncia, mas que ele não tinha ligação com o **Carf** nem atuou para exercer qualquer influência em processos no conselho. O auditor aposentado Jeferson Salazar não retornou ao contato da reportagem.

O analista tributário Lutero Fernandes disse que não iria se pronunciar.

O ex-conselheiro Jorge Victor Rodrigues afirmou no ano passado à CPI do **Carf** que não participou de nenhum julgamento sob investigação e que é inocente.

MP: lobista tinha acesso fácil a Lula

Correio Braziliense - 31/03/2016

Promotores sustentam que uma organização criminosa pagava propinas e lavava dinheiro para beneficiar montadoras, atuando diretamente com o então presidente

EDUARDO MILITÃO

A Procuradoria da República no Distrito Federal afirmou à 10ª Vara Federal de Brasília que o lobista Mauro Marcondes, preso na Operação Zelotes, tinha "acesso facilitado" ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva quando se negociava a aprovação de medida provisórias que beneficiavam o setor automobilístico. O petista não é réu no caso, mas nas alegações finais em que o Ministério Público Federal reforça que uma organização criminosa pagava propinas e lavava dinheiro para beneficiar montadoras, os procuradores dizem que Marcondes tinha "livre trânsito" com Lula - que é chamado de "amigo" do lobista - e com o seu chefe de gabinete à época, Gilberto Carvalho, que tampouco é alvo da ação criminal.

No documento, entregue na segunda-feira ao juiz Vallisney Oliveira, o MPF pede que sejam condenados ex-dirigentes da montadora Mitsubishi, os lobistas e ex-servidores do Senado e da Casa Civil da Presidência da República. Todos negam as acusações.

Segundo os promotores, ao contrário de simples lobby em favor de interesses privados, o grupo - liderado por Marcondes, Alexandre Paes Santos (o APS) e José Ricardo Silva - na verdade pagava subornos para obter o andamento e a aprovação da medida provisória. O custo dos serviços, dizem, era mais elevado do que o de outras consultorias renomadas, porque envolveria ilegalidade.

Um dos exemplos disso seria o acesso a Lula. Em dezembro de 2009, um ofício da empresa de José Ricardo, a SGR, para a montadora Caoa, menciona a produção de relatórios sobre o caso a órgãos públicos, mas esses relatos não foram entregues. Para o MPF, nenhum serviço foi prestado. "O preço pago pelos "serviços" somente se justificava diante do acesso privilegiado de Mauro Marcondes à Presidência da República." Marcondes enviara carta a Lula, por meio de Carvalho, em julho de 2009.

Documento apreendido na casa de APS mostra as anotações, uma ao lado da outra, "kit do material que foi enviado ao Gilberto Carvalho" e "o trabalho a ser desenvolvido na modalidade prestação de serviços - os valores terão tratamento diferenciado". Para o MPF, o tipo de tratamento referido nos papéis está ligado a Lula.

"É coerente afirmar que o acesso direto ao então presidente da República possui um preço "diferenciado", ou seja, mais elevado, o que seria possível em razão da relação de amizade que existia entre Luís Inácio Lula da Silva e Mauro Marcondes", explica a Procuradoria.

Os procuradores narram a ligação de amizade entre os dois conforme relato do senador Delcídio Amaral (ex-PT-MS) em sua delação premiada na Operação Lava-Jato. O parlamentar acrescentou que Lula pediu a ele que impedisse Marcondes e seu filho, o empresário Luís Cláudio Lula da Silva, de serem convocados na CPI do **Carf**, que faz apurações paralelas à Operação Zelotes.

Sem provas

Ainda assim, a Procuradoria destaca que não há provas, no momento, de que Lula, Carvalho e outros agentes públicos cometeram crimes "em favor da organização criminosa" na MP 471. Isso porque a eventual participação do ex-presidente no caso é apurada em um inquérito à parte, que apura a "compra" de outras medidas provisórias, a

MP 512 e a MP 613. O ex-presidente Lula tem negado qualquer participação nos crimes investigados pela Polícia Federal e pelo Ministério Público na Zelotes.

Lula afirmou que o lobista nunca lhe pediu ajuda no governo quando deixou o Palácio do Planalto, "tampouco houve qualquer oferta de valores". O ex-presidente disse que, ao que sabe, a relação entre Gilberto Carvalho, Marcondes e a esposa, Cristina Mautoni, "era estritamente institucional". Ele disse que, certa vez, o então chefe de gabinete lhe repassou carta do lobista para marcar reunião sobre investimentos de empresas suecas no Brasil.

O ex-presidente disse que "nunca foi procurado por lobistas" da SGR, de José Ricardo, e da empresa de Marcondes, a M&M Diplomacia Corporativa, para tratar de interesses da Mitsubishi e da Caoa Hyundai ou de prorrogação de benefícios fiscais e medidas provisórias.

O Dia On Line - RJ

CPI aprova convocações de ex-presidente do Carf e de ex-ministro da Fazenda

31/03/2016

Comissão Parlamentar de Inquérito aprecia 270 requerimentos relacionados a denúncias de fraude contra a Receita Federal

Brasília - A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) aprovou nesta quinta-feira a convocação do empresário Alexandre Paes dos Santos, sócio da empresa Davos Energia, suspeito de tráfico de influência e corrupção ativa, e considerado um dos pivôs do caso investigado pela Operação Zelotes. Também foram aprovadas as convocações do ex-secretário da Receita Federal do Brasil e ex-presidente do conselho, Otacílio Dantas Cartaxo, e do ex-ministro da Fazenda Guido Mantega.

A CPI aprecia 270 requerimentos relacionados a denúncias de fraude contra a Receita Federal. Entre os documentos em pauta, 40 foram considerados preferenciais pelo presidente da comissão, Pedro Fernandes (PTB-MA).

Ao citar uma conversa reservada que teve com o procurador da República que atua na Operação Zelotes, Frederico Paiva, o presidente da CPI disse ter tomado conhecimento de que "alguns dos requerimentos a serem analisados pedem depoimentos de pessoas que não estão sendo alvo de investigação". Segundo ele, é o caso do ex-ministro da Fazenda Guido Mantega. Apesar de não ser investigado, Mantega teve convocação aprovada por ter sido ministro de um órgão ao qual o Carf está vinculado", esclareceu o presidente da CPI.

MP 471

A CPI adiou a apreciação da resolução que pede o depoimento do filho do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Luís Cláudio Lula da Silva, proprietário da empresa LFT Marketing Esportivo, suspeita de ter sido beneficiada a partir da prestação de serviços para a Marcondes & Maltone, que é acusada de atuar ilegalmente em favor da aprovação da reedição da medida provisória (MP) 471/2009.

A MP 471 prorrogou incentivos fiscais concedidos em 1997, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), a indústrias dos setores automobilístico e de autopeças. A Polícia Federal investiga a ocorrência de ilegalidades em meio a lobbies que, supostamente, foram feitos visando à reedição do texto.

O depoimento do filho de Lula foi adiado tendo como justificativa o fato de o promotor Frederico Paiva ter informado que Luís Cláudio foi apenas citado e que, portanto, não é réu nem investigado no caso. Além disso, o procurador

informou, durante audiência do dia 22, não ter encontrado provas do envolvimento da LFT em irregularidades, apesar de não ter "identificado qual foi o serviço prestado" pela empresa à Marcondes & Maltone

O Globo On Line

MP denuncia dono do Safra e mais cinco por ação ilegal no Carf

31/12/2016

RIO - A Procuradoria da República em Brasília denunciou à Justiça Federal o banqueiro Joseph Safra e um ex-diretor do Banco Safra, João Inácio Puga, por corrupção, no âmbito da Operação Zelotes. Segundo o Ministério Público, visando a interferir nas decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), o Grupo Safra ofereceu, em 2014, propina a dois funcionários da Receita Federal, a um auditor aposentado e a um conselheiro em troca de perdão ou alívio de dívida tributária estimada em R\$ 1,8 bilhão, em valores atuais. Os quatro, que também foram denunciados pelo MP, teriam pedido R\$ 15,3 milhões ao Safra.

Na denúncia, que é a terceira originada na Zelotes e foi encaminhada ontem, os procuradores afirmam que Puga negociou vantagens em três processos administrativos da JS Administração de Recursos, que integra o Grupo Safra. Os recursos apresentados pela empresa questionavam a cobrança de R\$ 1,49 bilhão (com correção, R\$ 1,8 bilhão).

Em nota, a assessoria do Safra informou que as suspeitas do MP são infundadas e que não há justa causa para esse processo. "A JS Administradora esclarece que as suspeitas levantadas pelo Ministério Público são infundadas. Nenhum representante da JS Administradora ofereceu vantagem para qualquer funcionário público. A JS não recebeu qualquer tipo de benefício no Carf. Portanto, não há justa causa para o processo", explicou o banco.

As negociações, segundo o MP, ocorreram com o então chefe do Serviço de Assessoria Técnica e Jurídica do Carf, o servidor da Receita Lutero Fernandes do Nascimento, o auditor Eduardo Cerqueira Leite, o auditor aposentado Jeferson Ribeiro Salazar e o ex-conselheiro Jorge Victor Rodrigues. A Procuradoria da República no DF listou como provas documentos, fotografias de encontros e grampos telefônicos feitos com autorização judicial.

Embora não tenha tratado diretamente com os intermediários e os servidores da Receita, Joseph Safra foi denunciado porque um mero diretor (Puga) não poderia, como realmente não o fez, tomar as decisões que envolviam dívidas correspondentes a 41,26% do capital social do Grupo Safra, argumentaram os procuradores.

O MP informou ainda que ao menos três diálogos captados nas investigações demonstram que Puga age em nome de um superior (pessoal) e que a decisão do exaurimento dos atos de corrupção não dependerá dele, mas de Joseph Safra, com quem se reunia pessoalmente na sede do Safra, na Avenida Paulista, sem uso de telefone celular.

O documento dos procuradores relata diversas trocas de mensagens e chamadas entre os denunciados, à exceção de Joseph Safra, e também encontros, tanto em Brasília, onde está sediado o Carf, quanto em São Paulo, sede do Grupo Safra.

Puga pediu a Lutero, por exemplo, interferência para que o Carf acatasse um pedido de preferência para o exame de admissibilidade de um recurso ao órgão. O representante do Safra teria ainda exigido que nenhuma transação ou

negociação fosse documentada e impôs uma multa caso o serviço atrasasse, com redução de R\$ 1 milhão por mês na propina acertada.

As 28 páginas da denúncia trazem trechos dos diálogos e detalhes como o acerto da forma de pagamento.

O Diário On Line

Acordão de governo e oposição em CPI blinda Gerdau e filho de Lula

31/03/2016

AGUIRRE TALENTO

BRASÍLIA, DF (FOLHAPRESS) - Em um raro momento de consenso entre governo e oposição na atual turbulência política, a CPI do **Carf** derrubou por falta de quórum, nesta quinta-feira (31), a convocação do empresário André Gerdau, que foi alvo de uma das fases da Operação Zelotes sob suspeita de envolvimento com o esquema de corrupção no conselho.

Apesar dos protestos do líder do PSOL Ivan Valente (SP), que insistiu para que a convocação de André fosse votada, os integrantes de partidos como PT, PMDB, PSDB e DEM pediram que fosse adiada a votação.

Como Ivan Valente não aceitou, o presidente da comissão, Pedro Fernandes (PTB-MA), colocou o requerimento para apreciação, mas governo e oposição esvaziaram a sessão e a votação caiu por falta de quórum. Só foram registrados os quatro votos favoráveis à convocação: de Valente, Altineu Côrtes (PMDB-RJ), Delegado Éder Mauro (PSD-PA) e Joaquim Passarinho (PSD-PA).

O grupo Gerdau fez doações de ao menos R\$ 27 milhões nas eleições de 2014, distribuídas entre todos esses partidos que foram contra a votação.

O acordão entre governo e oposição também incluiu que a oposição retirasse de pauta o requerimento de convocação do filho do ex-presidente Lula, Luís Cláudio, investigado na Zelotes por ter recebido pagamentos de um lobista, Mauro Marcondes, que defendia junto ao governo federal a prorrogação de benefícios do setor automotivo.

Como resultado, a CPI conseguiu aprovar apenas as convocações do ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, do ex-secretário da Receita Federal Otacílio Dantas Cartaxo, do lobista Alexandre Paes dos Santos e da corregedora do ministério da Fazenda Fabiana Vieira Lima. Outros requerimentos de convocações de empresários investigados na Zelotes também não foram apreciados.

RITMO LENTO

Em ritmo lento, apesar de instalada no início de março, a CPI do **Carf** até agora não aprovou convocações dos investigados no esquema nem quebras de sigilo -só requisição de documentos e convite a autoridades que investigam o caso.

O deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) defendeu que a convocação de André Gerdau fosse retirada de pauta até que tivessem mais documentos em mãos sobre a situação da empresa. Também tucano, Marcus Pestana (MG) disse que era melhor aguardar uma reunião com o Ministério Público Federal para ter mais informações. O deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) disse que é preciso convocar apenas no momento certo .

Do lado do governo, o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) pediu que o requerimento só fosse votado posteriormente, depois de ter mais informações. Também petista, Jorge Solla (BA) concordou.

Ivan Valente protestou contra os colegas e disse que não aceitaria adiar a votação. O que é que vai mudar daqui pra próxima reunião? , questionou. O deputado Altineu fez coro: Se essa CPI não aprovar aqui a vinda do senhor

André Gerdau e do senhor Jorge Gerdau, que foram alvos de uma fase exclusiva da Operação Zelotes, então não tem que aprovar mais empresário nenhum, disse.

Na ocasião da operação da PF, em nota, o grupo Gerdau disse que está colaborando integralmente com as investigações da Polícia Federal e que, com base em seus preceitos éticos, a Gerdau não concedeu qualquer autorização para que seu nome fosse utilizado em pretensas negociações ilegais, repelindo veementemente qualquer atitude que possa ter ocorrido com esse fim.

Reiterou que possui rigorosos padrões éticos na condução de seus pleitos junto aos órgãos públicos e reafirma que está, como sempre esteve, à disposição das autoridades competentes para prestar os esclarecimentos que vierem a ser solicitados.

O filho de Lula, Luís Cláudio, nega irregularidades e sustenta que os pagamentos do lobista foram para desenvolver projetos na área de marketing esportivo.

Agência Câmara

Requerimento de convocação de Gerdau provoca obstrução de deputados e CPI do Carf encerra reunião

31/03/2016

Terminou há pouco a reunião da CPI do Carf destinada a votação de requerimentos de convocação de depoentes. A sessão foi encerrada, por falta de quórum, depois que a maioria dos partidos com representantes na comissão entrou em obstrução quando teve início a votação do requerimento de convocação do empresário André Gerdau, presidente do Grupo Gerdau, do setor metalúrgico.

A Gerdau é uma das empresas suspeitas de ter usado o esquema de venda de sentenças no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), de acordo com o relatório final da CPI que funcionou no ano passado no Senado.

Os requerimentos de convocação de Gerdau foram apresentados por seis deputados e provocaram polêmica na comissão. O deputado Covatti Filho (PP-RS) pediu o adiamento da votação, assim como José Carlos Aleluia (DEM-BA). "Eu voto contra. O momento é impróprio e temos que ter mais informações", disse.

A comissão ficou dividida em relação à convocação do empresário. "A CPI tem que aprovar a convocação de André e Jorge Gerdau. Teve uma fase da Operação Zelotes só para eles", disse Altineu Cortes (PR-RJ).

O presidente da CPI, Pedro Fernandes (PTB-MA), chegou a sugerir a retirada de pauta dos requerimentos, desde que houvesse consenso na comissão, o que não aconteceu. "Eu defendo a vinda de todos os empresários suspeitos e o requerimento de convocação tem que ser votado", disse Ivan Valente (Psol-SP), um dos autores do requerimento de convocação. Valente foi o único autor de requerimento que não concordou com a retirada de pauta.

Imediatamente o PT, o PMDB, o DEM, o PR e o PSB entraram em obstrução e a votação passou a ser nominal, o que evidenciou a falta de quórum - eram necessários 11 deputados presentes e apenas quatro votaram

Ministério Público denuncia dono do Grupo Safra na Zelotes

31/03/2016

Joseph Safra foi denunciado por corrupção passiva e falsidade [ideológica.MP](#) pediu também condenação de outras cinco pessoas na mesma ação.

O Ministério Público Federal (MPF) apresentou à Justiça denúncia contra o dono do grupo Safra, Joseph Safra, e um ex-diretor do grupo, João Inácio Puga, acusados de pagar propina de R\$ 15 milhões para obter decisões favoráveis no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), ligado à Receita Federal.

A denúncia faz parte das investigações da Operação Zelotes, que investiga fraudes no Carf. Além dos dois executivos do grupo, o MPF pediu a condenação de dois servidores da Receita, Lutero Fernandes do Nascimento e Eduardo Cerqueira Leite, e de dois ex-servidores, Jorge Victor Rodrigues e Jeferson Ribeiro Salazar, apontados como intermediários.

Segundo o MPF, a propina foi paga para que os servidores interferissem em três processos de interesse da empresa JS Administração de Recursos - sociedade empresarial do grupo Safra. Essas ações, somadas, envolviam cobranças de multas da Receita no valor de R\$ 1,49 bilhão, em valores de agosto de 2014.

O G1 entrou em contato com a assessoria de imprensa do Grupo Safra e aguarda uma resposta.

Na denúncia, o MPF diz que gravações de conversas telefônicas em 2014, autorizadas pela Justiça, e documentos apreendidos nas investigações comprovam que os quatro servidores ligados à Receita cobraram a propina dos executivos do Safra.

Os procuradores do Ministério Público esclarecem ainda que Joseph Safra não tratou da propina diretamente com os servidores ou os intermediários, mas foi denunciado porque Puga se reportava a ele. Segundo o MPF, "um mero diretor não poderia, como realmente não o fez, tomar as decisões que envolviam dívidas correspondentes a 41,26% do capital social".

Na denúncia, os procuradores pedem condenação de Safra por corrupção passiva. No caso de Puga, além de corrupção passiva, também há a acusação de falsidade ideológica.